

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.771 - SP (2019/0302295-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **FLEET ONE GESTÃO DE FROTAS E VEÍCULOS LTDA**
ADVOGADOS : **LUÍS CARLOS PASCUAL - SP144479**
: **GABRIEL BETLEY TACCOLA HERNANDES LÓS - SP241717**
AGRAVADO : **EGSA EQUIPAMENTOS PARA GAS DO BRASIL LTDA**
ADVOGADOS : **BRUNO GELMINI - SP288681**
: **ULYSSES GUEDES BRYAN ARANHA - SP312143**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra a decisão que inadmitiu recurso especial interposto por FLEET ONE GESTÃO DE FROTAS E VEÍCULOS LTDA. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

" LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - Divergência entre as partes em torno da compensação a ser observada entre as verbas fixadas na sentença liquidanda - Caso em que a compensação que leva em conta o ainda devido pela agravada deve se operar automaticamente, apenas, com a verba referente às variações cambiais - Possível a compensação entre as demais verbas contempladas na sentença entre si, do que resulta saldo favorável à agravada de R\$ 115.764,11 (data base janeiro/2015) - Litigância de má-fé da agravante não reconhecida - Agravo de instrumento provido em parte" (fl.1.157 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para suprir omissão, mas sem modificação do que foi decidido no agravo de instrumento (fl. 1.295/1.305 e 1.332/1.339 e-STJ).

Nas razões do especial, a agravante alegou violação dos arts. 2º, 492, 503, 509, § 4º, e 1.022, Ie II, do Código de Processo Civil de 2015

Sustentou, em síntese, que a recorrida delimitou os pedidos de sua reconvenção em lucros cessantes e indenização por danos morais, no entanto, o acórdão recorrido julgou além dos limites da lide ao condená-la *"a efetuar o pagamento, mediante compensação, de um valor que nunca foi cobrado porque jamais foi objeto da reconvenção proposta pela EGSA, e que deveria ser buscada através de ação apropriada, nunca intentada por aquela"* (fl. 1.363 e-STJ).

Asseverou que não se pode admitir que exista coisa julgada sobre algo que sequer foi requerido perante o Poder Judiciário e

"(...) se a EGSA, ora recorrida, não ajuizou a competente ação judicial para cobrar o crédito que alega ter, oportunidade em que a

Superior Tribunal de Justiça

FLEET ONE, ora recorrente, poderia apresentar sua defesa, com todos os recursos e meios a ela inerentes, nos termos do art. 5º, II, XXXVI, LIV e LV, da CF/88, não há como ser compensado o crédito que alega possuir (cerca de R\$ 690 mil, em valores históricos), nesta ação, em que não houve qualquer pedido contraposto nesse sentido" (fl. 1.377 e-STJ).

Afirmou, ainda, que houve negativa de prestação jurisdicional, pois "*se o v. acórdão recorrido reconhece que não se poderia efetuar compensação de valores que nunca foram judicialmente cobrados, fica a indagação de como não considerar contraditório e omissivo o v. acórdão que determina a compensação de valores que nunca foram cobrados judicialmente*" (fl. 1.378 e-STJ).

Com as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Verifica-se que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo.

Por tal motivo, e por entender que a matéria merece melhor exame, dou provimento ao agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial, nos termos do art. 34, inciso XVI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator